



Uma decisão da Suprema Corte de 1989 está involuntariamente dando cobertura à brutalidade policial

Foto acima: Manifestantes contra a brutalidade policial marcham em Washington no sábado.

De Charles Lane

08/06/ 2020

Como a história poderia ter sido diferente se uma câmera da polícia ou o celular de um espectador tivesse gravado os eventos de 12 de novembro de 1984, diante de uma loja de conveniência no West Boulevard, em Charlotte.

Naquela época e local, Dethorne Graham, um afro-americano diabético que trabalhava na reparação de estradas para o estado, experimentou uma reação à insulina e entrou correndo na loja para tomar suco de laranja - depois voltou correndo quando viu a fila na caixa registradora. demasiado longo.

Ele e um amigo foram embora, seguidos por um carro de patrulha da polícia. O oficial de dentro, MS Connor, pensou que apressada entrada e saída de Graham era o comportamento de um ladrão de lojas.

Momentos depois, Graham e seu companheiro foram parados. Quando Graham começou a se comportar de maneira irregular por causa de uma doença, Connor e quatro outros policiais o algemaram e o empurraram para dentro do carro, enquanto uma multidão de espectadores se reunia. A polícia amaldiçoou Graham e o acusou de fingir doença - até perceber o erro e levá-lo para casa. Com ferimentos incluindo um pé quebrado, Graham processou os policiais em um tribunal federal.

Em 1989, *Graham v. Connor* chegou à Suprema Corte - onde a decisão da corte estabeleceria padrões legais para processos de brutalidade policial que repercutem hoje.

Todo uso policial da força, desde então, reflete a absorção das lições constitucionais pelas autoridades policiais que os juízes extraíram do tratamento violento da polícia de Charlotte de um homem inocente e desesperadamente doente. O treinamento para policiais em todo o país - provavelmente incluindo Derek Chauvin, de Minneapolis - ensina que eles não podem ser processados se eles se comportarem de acordo com a participação de *Graham v. Connor*.

Essa afirmação, em uma opinião escrita pelo juiz William H. Rehnquist, é que os tribunais devem avaliar o uso da força sob a Quarta Emenda, que governa as "apreensões" - não sob a doutrina expansiva do "devido processo processual" subjacente a decisões liberais,

como *Roe v. Wade* e, mais tarde, *Obergefell v. Hodges*, o caso de casamento homossexual de 2015.

Os tribunais devem determinar não se o policial agiu com intenção maliciosa, como sugeriu a doutrina legal anterior dos tribunais inferiores, mas se ele se comportou "razoavelmente", nessas circunstâncias, escreveu Rehnquist.

"Razoável", por sua vez, não seria determinado em retrospectiva ou em relação à visão de um civil razoável, mas do ponto de vista "de um oficial razoável em cena", disse o chefe de justiça. Os tribunais devem ter em mente o mundo "tenso, incerto e em rápida evolução" do policial. Por acaso, Connor era negro; outros policiais em cena, incluindo um que bateu com o rosto de Graham no capô do carro, eram brancos.

Essa formulação adia a perspectiva da aplicação da lei, o que não é surpreendente, dado que o presidente Richard M. Nixon nomeou o conservador Rehnquist para a corte em 1971 para desfazer restrições à polícia criada pelo liberal Warren Court na década de 1960.

E em 1989, esse era um objetivo popular: a taxa de crimes violentos era quase o dobro do que é hoje e está aumentando. Respondendo como muitos outros políticos à ansiedade do público, então Sen. Joe Biden (D-Del.) Criticou o plano de guerra às drogas do presidente George HW Bush porque "não incluía policiais suficientes para capturar os agressores violentos".

Os advogados de Graham e outros pensaram que *Graham v. Connor* poderia ajudar os demandantes, tornando possível provar a brutalidade policial sem explorar a questão inerentemente obscura da intenção dos oficiais. Em um tribunal que incluía os ícones liberais Thurgood Marshall, William J. Brennan Jr. e Harry A. Blackmun, a decisão no caso foi de 9 a 0, embora esses três tenham expressado reservas menores em uma breve opinião concorrente.

No entanto, *Graham v. Connor* não foi uma grande ajuda para as vítimas da brutalidade policial, como o próprio Dethorne Graham aprendeu rapidamente quando a Suprema Corte devolveu seu caso ao tribunal distrital para julgamento na Carolina do Norte - e um júri considerou razoável a conduta da polícia. Resultados semelhantes ocorreram caso após caso, até o ponto em que a polícia agora considera *Graham* como seu escudo legal.

Como apontou a estudiosa jurídica Osagie K. Obasogie, da Universidade da Califórnia em Berkeley, o teste de razoabilidade amigável à polícia de *Graham v. Connor* é, na prática, não menos vago ou manipulável que a doutrina anterior, ao mesmo tempo que caracteriza reivindicações de brutalidade como violações de a Quarta Emenda os reformula como abusos pontuais, não sistêmicos.

Refletindo essas preocupações após o assassinato policial de Stephon Clark em Sacramento, em 2018, uma lei recente da Califórnia reforçou as regras das forças mortais para esse estado.

A opinião de Rehnquist nem mencionou raça; relatou os ferimentos e a angústia de Graham, mas em linguagem simples. Isso não poderia ter acontecido se o vídeo do celular e as mídias sociais existissem em 1984.

Um elo entre *Graham v. Connor* e a corte de hoje é que o juiz John G. Roberts Jr. era um funcionário da lei (e amigo) tanto de Rehnquist quanto do distinto juiz federal de apelações cuja doutrina da brutalidade policial Rehnquist modificou: Henry J. Friendly de Nova York.

Mais cedo ou mais tarde, será a vez de Roberts e seus colegas reformularem a lei constitucional sobre o uso da força pela polícia. A tecnologia e um movimento social de massas parecem garantir que, quando o tribunal fala, não pode estar nas abstrações sem sangue de *Graham v. Connor*.

https://www.washingtonpost.com/opinions/a-1989-supreme-court-ruling-is-unintentionally-providing-cover-for-police-brutality/2020/06/08/91cc7b0c-a9a7-11ea-94d2-d7bc43b26bf9_story.html

*Traduzido do Google Translate